

# RESULTADOS 2014







Foto aérea: Themaz Comunicação

# RESULTADOS 2014 CNM

*As mobilizações, ações  
JUNTO AOS MUNICÍPIOS,  
as realizações, as inovações e as conquistas,  
ilustradas com testemunhos vindos  
de diferentes pontos do país*

# Sumário

Carta do presidente .....	6	Programas Governamentais: Defasagem de recursos.....	26
A CNM .....	7	Diálogos Municipalistas.....	27
Papel da CNM.....	8	Parceria com Entidades Microrregionais e Estaduais.....	30
XVII Marcha.....	9	Vereadores no Movimento Municipalista.....	31
Lutas e Conquistas .....	12	Visibilidade do Movimento .....	32
Articulação no Congresso Nacional .....	18	Melhorias no <i>site</i> .....	34
Conquista junto ao STJ .....	20	<i>Hangout</i> – Inovando a Comunicação .....	36
<i>Amicus Curiae</i> .....	21	Campanha “Viva seu Município” .....	37
Aproximação com Tribunais de Contas.....	22	Atuação nas Áreas Técnicas.....	40
Boa Governança.....	23	Representação em Comitês e Comissões .....	48
Articulação com o governo federal .....	24	Observatório do crack .....	50

CNM Internacional .....	51
Convênio Sebrae .....	52
Observatório Político .....	54
Projeto Municípios Seguros e Livres de Violência contra as Mulheres .....	55
Projeto Museu Municipalista .....	56
Projeto Experiência Municipal .....	57
Produção de Conhecimento .....	58
Modernização da Gestão .....	60
Gestão Interna .....	64
Nova Sede .....	65
Relatório Financeiro .....	66

# Carta do presidente

O ano de 2014, como ano eleitoral, representou um momento essencial para cobrar dos presidentes um compromisso maior com o Movimento Municipalista. A *XVII Marcha*, com o tema “A crise municipalista e a conjuntura eleitoral”, foi o marco das discussões que, inclusive, teve a presença dos presidentes e contou com mais de 5 mil participantes, o que comprova a união e a força do movimento.

As inúmeras mobilizações foram importantes para assegurar os interesses municipalistas e, entre resultados, tivemos conquistas que terão grande impacto para a melhoria da gestão dos Municípios. O aumento de 1% do FPM dará aos Municípios o direito a 24,5% do valor arrecadado de Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Essa conquista do movimento vai levar um certo alívio para os Municípios em um mês de menor arrecadação. Os gestores também puderam contar com a segunda parcela do Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM) resultante da *XVI Marcha* e que totalizou mais de R\$ 1,5 bilhão em repasses com o objetivo de incentivar a melhoria na qualidade dos serviços públicos municipais.

O cenário enfrentado é adverso: as responsabilidades a cargo dos gestores aumentam, enquanto os recursos financeiros para o cumprimento delas não vêm na mesma proporção, o que só aumenta a crise. A ampliação e a severidade da Lei da Improbidade agravam esta situação: os gestores são responsabilizados e penalizados pelo não cumprimento de leis, muitas vezes, fora de seu alcance.

Nesse sentido, a CNM convocou todos os Entes municipais a se unirem à campanha “Viva seu Município”, que teve como principal desafio divulgar a difícil realidade dos Municípios para toda a sociedade, engajando mais atores nessa luta constante pela melhoria da qualidade de vida dos municípios.

Neste ano, que antecede a comemoração dos 35 anos da CNM, as ações junto ao Congresso Nacional, governo federal e entidades internacionais foram intensificadas com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento municipal. Esperamos, assim, que este relatório sobre o ano de 2014 possa esclarecer ações e resultados, sendo mais um instrumento para garantir a transparência da Confederação para com os gestores municipais.

## **Paulo Ziulkoski**

Presidente da Confederação Nacional de Municípios

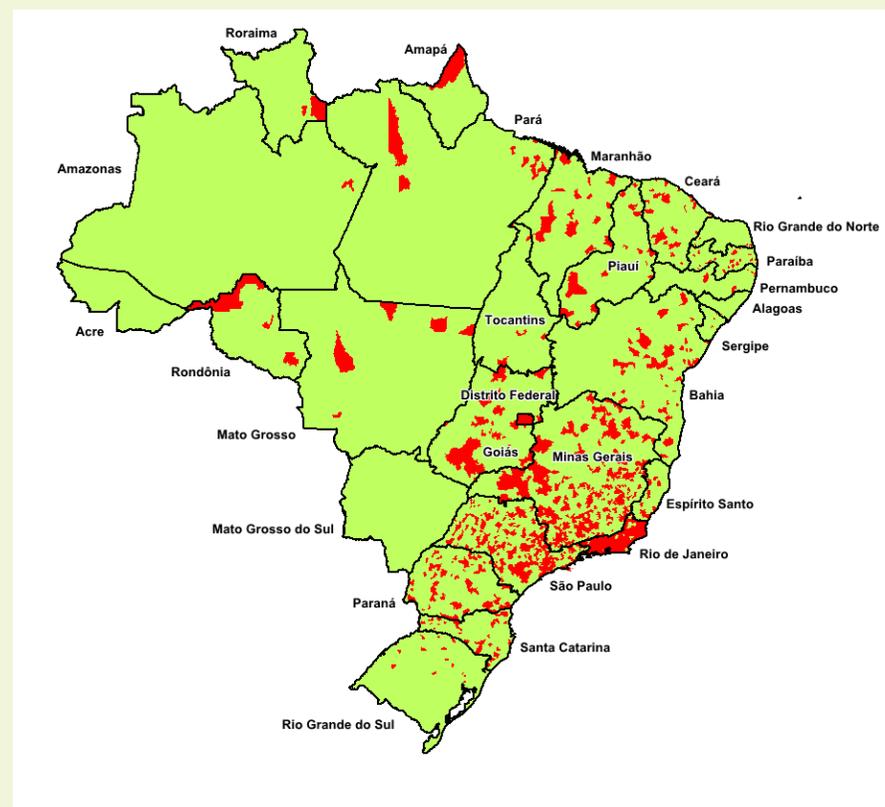


# A CNM

A Confederação Nacional de Municípios é, atualmente, a principal representante dos Municípios brasileiros em instância nacional. Criada em 1980 como uma organização privada de representação independente, apartidária e sem fins lucrativos, a CNM persegue o objetivo de defender a autonomia política e financeira dos Municípios.

Durante seus 35 anos de existência, a Entidade alcançou conquistas que trouxeram não apenas grandes valores monetários aos cofres municipais, mas também grande valia para o aprimoramento da gestão municipal, sempre pensando na melhoria da qualidade de vida dos munícipes. Exemplo do trabalho intenso da CNM são os aumentos logrados, nos últimos 10 anos, para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em 2007, o Fundo teve seu percentual elevado de 22,5% para 23,5%, o que, até 2013, somou R\$ 15,7 bilhões aos cofres municipais. Em 2014, em busca de um novo aumento do FPM, a CNM alcançou mais uma conquista, desta vez com percentual escalonado em duas partes: a primeira em julho de 2015 de 0,5% e, em julho de 2016, os outros 0,5% – o que poderá representar a partir de 2016 quase de R\$ 7 bilhões a mais no Fundo.

A CNM fechou o ano com 4.665 contribuintes, o que corresponde a 85% dos Municípios brasileiros e continua a se esforçar para engajar a totalidade deles nos Estados.



# Papel da CNM

A CNM entende que os esforços de sua atuação entregam dez diferentes tipos de resultados aos Municípios, que contribuem para o fortalecimento do Movimento Municipalista. Essa classificação permite um melhor direcionamento das ações da Entidade e possibilita que os gestores possam entender melhor a importância de estarem ao lado da Entidade nas lutas do Movimento Municipalista.



#Representação  
Política



#Pressão  
Política



#Capacitações



#Publicações



#Orientações



#Ferramentas



#Projetos



#Parcerias



#Transparência



#Sensibilização

- 1. Representação política:** ações de articulação política junto a diversos atores em que a CNM representa legitimamente os interesses dos Municípios.
- 2. Pressão política:** ações de mobilização de gestores municipais com o objetivo de dar maior visibilidade a determinado tema de forma mais incisiva.

- 3. Capacitações:** transmissão de conhecimento técnico da CNM por meio de seminários e palestras sobre diversos temas.
- 4. Publicações:** disseminação de conhecimento técnico em forma de livros, cartilhas, revistas, boletins, notas técnicas, estudos técnicos, informativos.
- 5. Orientações:** disponibilidade da CNM em esclarecer dúvidas dos Municípios sobre temas específicos da gestão municipal.
- 6. Ferramentas:** desenvolvimento e disponibilização de sistemas que facilitem a gestão municipal.
- 7. Projetos:** iniciativas com objetivo e cronograma bem definidos direcionadas a um tema específico capaz de gerar soluções ou conhecimentos que possam ser utilizados posteriormente por todos os Municípios.
- 8. Parcerias:** aproximação com atores como Entidades estaduais, microrregionais, órgãos e empresas que possam alavancar as ações da CNM.
- 9. Transparência:** publicação das ações e resultados realizados pela CNM de forma a demonstrar transparência na utilização dos recursos investidos pelos Municípios.
- 10. Sensibilização:** ações que visam a esclarecer temas que refletem a realidade municipal de forma a engajar gestores municipais, vereadores, sociedade e outros para a causa municipalista.

# XVII Marcha



A *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, um dos principais símbolos do movimento, chegou em sua 17ª edição. Com o tema "A crise municipalista e a conjuntura eleitoral", contou com mais de 5 mil participantes, dentre eles, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários, bem como demais agentes municipais.



Os presidenciáveis participaram de uma sabatina conduzida pelo presidente Ziulkoski em que os temas mais citados foram: reforma tributária, pacto federativo, importância do FPM e a desoneração a custo dos Municípios. "Todo o nosso problema é o seguinte: renúncia fiscal e o subfinanciamento dos programas federais", resumiu o presidente da CNM. E concluiu: "se não houver uma mudança no governo federal, nas próximas *Marchas*, viremos entregar esse programas".

Ao final da *Marcha*, foi entregue à presidente da República, Dilma Rousseff, a *Pauta Municipalista*, que destaca a necessidade da Lei Complementar para regular o novo ISS e a elevação do FPM em 2%. O avanço na tramitação do FPM foi uma das grandes conquistas da *XVII Marcha*. O deputado Henrique Alves, que recebeu os prefeitos no Congresso Nacional e instalou a Comissão Especial responsável pela análise da PEC 406/2009.

## Novidades:

- o *Centro de Convenções Internacional do Brasil (CICB)* foi o novo espaço de realização do evento, que acomodou de forma mais confortável os participantes;
- *arena temática*, espaço em que os técnicos da CNM apresentaram temas e discutiram possíveis dúvidas dos gestores municipais sobre eles, permitindo uma interação ainda maior com os participantes.



***“Defendemos uma reforma tributária e um verdadeiro pacto federativo.”***

*Pastor Everaldo (PSC)*

***A respeito dos pisos salariais: “é justa a criação do piso. O que não é justo é culpar o prefeito por não conseguir cumprir.”***

*Eduardo Campos (PSB)*



***“Os Municípios brasileiros devem ter condição de se sustentar; por isso, precisamos de um novo pacto federativo.”***

*Aécio Neves (PSDB)*



# ATRIBUIÇÕES E FALTA DE RECURSOS

CONHEÇA AS PRINCIPAIS LEIS QUE TRANSFEREM RESPONSABILIDADE PARA O MUNICÍPIO SEM UMA JUSTA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS



**1989**  
**Municípios são incumbidos de realizarem inspeção sanitária industrial**  
 Lei 7.899 incumbiu os Municípios de realizarem a inspeção industrial e sanitária dos estabelecimentos que manipulam produtos de origem animal e façam apenas comércio municipal.



**1990**  
**LEI ORGÂNICA DA SAÚDE**  
**Ações e serviços de saúde são impostas pelo governo federal aos Municípios**



**Estatuto da Criança e do Adolescente**  
 Art. 131, instituiu o conselho tutelar, mas não fixou processo de financiamento tripartite. Logo atribuiu ao município a responsabilidade de aportar recursos para manutenção da estrutura física dos Conselhos.

**1992**  
**Improbidade Administrativa**  
 A Lei 8.429/1992 estabeleceu sanções civis graves que, em regra, são aplicadas apenas aos Prefeitos e seus auxiliares diretos.



**1993**  
**Lei orgânica da Assistência Social obrigou aporte financeiro só do município e não do estado**

Art. 30 tornou obrigatório o aporte financeiro de recursos próprios dos municípios em seus respectivos fundos municipais de assistência social como condição para receber apoio financeiro da União, mas não obriga os Estados a apoiar financiamento dos municípios.



**2000**  
**Crimes contra as finanças públicas**

A Lei 10.028/2000 estabelece sanções penais graves, em regra aplicadas apenas aos Prefeitos.

**Responsabilidade Fiscal**  
 A Lei Complementar 101/2000 se aplica com rigor somente aos gestores locais.



**2001**  
**Estatuto das Cidades**

A Lei 10.527/2001 prevê improbidade administrativa ao Prefeito, mas não consta repasse de recursos para a revisão dos Planos Diretores.



**2004**  
**TRANSPORTE ESCOLAR**

Lei 10.880/2004 não prevê índice de reajuste para os recursos repassados aos municípios.



**2005**  
**FNHIS**

Lei 11.124/2005 prevê como obrigatória a criação de conselho, plano local de habitação e um fundo de habitação como condição para os Municípios receber recursos do FNHIS. O governo federal não regulamentou a transferência de recursos via fundos e não estabeleceu um prazo para que a articulação entre fundos ocorra.

**2006**  
**Ações municipais de combate às drogas sem fontes de custeio**

A Lei 11.343/2006 institui o Instituto do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad e prevê ações municipais de enfrentamento às drogas sem a correspondente fonte de custeio. O financiamento de algumas ações é realizado por meio de transferência voluntária, cuja efetivação depende de vontade política e orçamento. Fere a autonomia dos Municípios a partir do momento que o ente municipal deverá observar as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde na elaboração de seu programa de enfrentamento/atendimento.



**Saneamento**  
 Segundo a Lei 11.445/2007, após o prazo limite, a não elaboração de plano de saneamento impede o recebimento de recursos orçamentários federais.

**2008**  
**Piso salarial do Magistério**

A Lei 11.738/2008 inviabilizou a gestão local.



**PNAE**  
 A Lei 11.947/2009 não prevê índice de reajuste do valor por capita da merenda escolar.



**2009**  
**Transparência**

A Lei Complementar 131/2009 impede o recebimento de transferências voluntárias em caso de descumprimento da Lei.

**Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC**

Decreto 7.257/2010 representa aumento de morosidade e burocracia quanto à liberação de recursos financeiros aos municípios, vitimados por desastres.

**2010**  
**Fim dos lixões: obrigatoriedade mas sem financiamento**

Lei 12.305/2010 não indicou fonte de recurso para a erradicação dos lixões e implantação de aterros sanitários. Após prazo limite em 02 de agosto de 2014 acarretará improbidade administrativa aos Municípios com lixões.



**2011**  
**Acesso à informação**

Só os Municípios sofrem fiscalização quanto ao cumprimento da Lei 12527/2011.

**Meio Ambiente**

A Lei Complementar 140/2011 aumenta as obrigações municipais quanto à proteção ambiental, desde a promoção de estudos e pesquisas ambientais ao controle da produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida e o meio ambiente.



**2012**  
**Regulamentação da EC 29**

A Lei Complementar 141/2012 não prevê um percentual mínimo de investimento para a União Federal.

**Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil**

Lei 12.608/2012 atribui competências ao prefeito de incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal. Tal competência, onera em demasia os custos da prefeitura. Já o processo de captação de recursos junto ao Governo Federal é moroso e burocrático.

**Conselhos Tutelares**

A Lei 12.696/2012 não estabelece fonte de financiamento e toda responsabilidade estrutural e superestrutural continua sob a responsabilidade dos Municípios, devendo constar em sua lei orçamentária municipal previsão de recursos.

**Mobilidade Urbana**

A Lei 12.587/2012 impede o recebimento de recursos orçamentários federais no caso de não elaboração do Plano.



Reprodução do painel exposto na XVII Marcha.

# Lutas e Conquistas

O cenário que os Municípios enfrentam é marcado por duas situações adversas: a perda de receitas, principalmente em razão da política de isenções e desonerações fiscais sem as respectivas contrapartidas aos demais Entes federados e pelo recebimento de uma grande quantidade de novas propostas legislativas que agravam negativamente as contas. Diante desse cenário, a CNM, como principal representante dos Municípios no âmbito nacional, trabalha sem descanso para defender os interesses do movimento, considerando que estes já não conseguem atender às responsabilidades repassadas.

**Em 2014, por meio da atuação da CNM, as conquistas para os Municípios somaram mais de R\$ 300 bilhões de reais, um salto de R\$ 26 bilhões em relação ao ano de 2013.**

CONQUISTAS	
Alteração da Alíquota de Cofins que Incidiria sobre o IR (1999-2014) Parte inferior do formulário	R\$ 16.268.913.329,66
Fim da compensação da Cofins no IPI (2004 – 2014)	R\$ 13.560.257.887,94
Paes (crédito FPM dezembro 2005)	R\$ 742.223.616,24
Iluminação pública (2003 – 2013)	R\$ 41.931.086.598,31
Repasse do salário-educação (2004 – 2014)	R\$ 45.970.508.630,43
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (2004 – 2014)	R\$ 7.251.801.502,70
ISS – Imposto sobre Serviço (2004 – 2013)	R\$ 111.062.785.628,35
Transporte Escolar (2004 – 2014)	R\$ 4.651.386.517,17
Merenda Escolar (2006 – 2014)	R\$ 19.275.119.486,51
ITR – Imposto Territorial Rural – Municipalização (2008 – 2014)	R\$ 1.269.727.423,60
1% FPM (dezembro 2007 a dezembro 2014)	R\$ 23.068.311.880,83
AFM – Apoio Financeiro aos Municípios – (2009 e 2014)	R\$ 6.540.349.168,09
FEX – Fundo Exportação (2004 – 2014)	R\$ 6.805.908.769,95
Repasses Extra do FPM – (2009 – 2014)	R\$ 4.197.686.310,33
PAB – Piso de Atenção Básica (2014)	R\$ 658.668.560,94
<b>Total</b>	<b>R\$ 303.254.735.311,05</b>

## 1% do FPM

Promulgada em dezembro de 2014, a PEC 426/2014, que deu origem à Emenda Constitucional 84/2014 altera o art. 159 da Constituição Federal e eleva, gradativamente, os recursos repassados pela União para o FPM, passando do atual de 23,5% do produto da arrecadação do IR e do IPI para 24,5%.

O percentual passará de 23,5% para 24% em 2015, e no ano seguinte aumentará para 24,5%, atingindo esse novo 1%. De acordo com estimativa da CNM, a correção de 0,5% garantirá em 2015 um valor de R\$ 2,006 bilhões e, em 2016, um total aproximado de R\$ 4,355 bilhões, reforço importante para os dois últimos anos das atuais administrações municipais. Realizado em uma única parcela, até o primeiro decêndio de julho de cada ano, terá o mesmo critério do 1% de dezembro. O 1% adicional do FPM trata-se de uma transferência constitucional que deve incorporar a RCL do Município, bem como os limites constitucionais em saúde (15%) e educação (25%).

## Lei de Resíduos Sólidos

Cerca de 40% dos Municípios destinam seus resíduos para aterros sanitários, por ser um método de disposição final caro e complexo, que exige recursos técnicos e financeiros além dos que os Municípios possuem. O prazo dado aos Municípios para implantar as normas estabelecidas pela Lei 12.305/2010 não foi suficiente para que todos se adequassem. Após o veto da Presidência da República ao art. 107, que tinha sido incorporado ao PLV 15/2014, a CNM ten-



tu incluir proposta de alteração na Medida Provisória 658/2014. Após reunião com a relatora Gleisi Hoffman (PT/PR), foi reconhecido que a implementação da política de fato exige uma série de ações que possuem grande peso para o bolso dos Municípios, que, sozinhos, não conseguem realizar as obrigações previstas, o que resultou no Acordo com o governo federal para a prorrogação do prazo de maneira escalonada, considerando o porte dos Municípios. Entretanto, essa proposta foi retirada do texto da MP pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que alegou discordância do tema com a matéria central da MP. Uma nova proposta segue em discussão em 2015.

## Marco regulatório das ONGs

A CNM entrevistou junto ao governo federal para que o prazo para adequação às normas previstas do Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil, previsto na Lei 13.019, fosse postergado. O prazo de apenas 90 dias para a adequação não era suficiente para que os Municípios tomassem as ações necessárias, e o marco incluiria também as Entidades de representação municipalista, inviabilizando ações por meio de convênios. O relatório final da Comissão Mista a favor do movimento foi aprovado. No entanto, as alterações promovidas junto ao Senado, pelo texto, foram rejeitadas pela Câmara dos Deputados, mantendo apenas o pedido principal de prorrogação do prazo. O resultado desse trabalho culminou na publicação da Lei 13.102, de 26 de fevereiro de 2015. Os avanços obtidos em 2014 também seguem como lutas em 2015.



## Piso do Magistério

O aumento do piso do magistério fazia-se necessário para a valorização e adequação da classe profissional. No entanto, a Entidade, após análise da proposta do reajuste segundo os parâmetros da Lei vigente – 11.738/2008 –, alertou que os Municípios teriam dificuldades para pagar o novo valor. A luta da Confederação passou a ser: mostrar o grande impacto que esse reajuste teria nas finanças municipais e defender que fosse realizado com base no INPC, conforme previsto no texto original do Projeto de Lei 3.776/2008. No entanto, às vésperas da realização da reunião com o Ministro da Educação, Cid Gomes, requisitada pela CNM, o MEC anunciou o percentual de reajuste de 13,01% baseado no valor aluno ano das séries iniciais do ensino fundamental urbano dos anos anteriores.

## ISS (Imposto Sobre Serviço)

A CNM apresentou o PLP 385/2014, que modifica a Lei 116/2003 com o objetivo de incrementar as bases de cálculo e altera a incidência e o local do recolhimento em construção civil, cartões de crédito e operações de leasing. A CNM aproveita para continuar articulando o projeto apresentado por ela já que, segundo a análise da Entidade, além de adequar a atual legislação, o projeto promove uma grande pulverização do ISS entre todos os Municípios, acabando com a atual “guerra fiscal” e incrementando a receita de milhares de pequenos Municípios brasileiros. O impacto para os Municípios será de R\$ 6 bilhões, caso a nova lei seja aprovada.

## Estatuto da Metrôpole

O estatuto da Metrôpole tramitou no Congresso no ano de 2014 na forma do Projeto de Lei 5/2014 e foi sancionado no dia 13 de janeiro de 2015 pela Lei Federal 13.089. Ele prevê diretrizes para o planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelos Estados. O texto não considera direcionamentos sobre as modalidades e financiamento, acarretando em mais uma responsabilidade que a maioria dos Entes municipais não tem condições de arcar. A CNM busca



estabelecer medidas provisórias para assegurar maior diálogo e articulação.

## Procuradores municipais

Aprovada em junho de 2014 na CCJ, a PEC dos Procuradores Municipais estende aos Municípios a obrigatoriedade de organizar e instituir a carreira de procurador municipal, o que caracteriza grande avanço para os representantes da profissão. Todavia, a CNM, como representante dos Municípios, entende que trará maiores encargos aos entes municipais. A CNM propôs uma emenda em defesa dos pequenos Municípios que, com menos de 100 mil habitantes, não têm necessidade de um procurador local e que ainda representaria grande custo para eles. A emenda foi rejeitada; porém, a Entidade não parou de atuar e articular para que a proposta não fosse aprovada no Congresso.

## Guardas municipais

Em 6 de julho de 2014, foi aprovado o PLC 39/2014, que criou o Estatuto Geral das Guardas Municipais, em que a categoria passa a ter poder de polícia, atuando conjuntamente com outros órgãos policiais de cada Estado. A CNM constatou que a proposição aprovada fere a autonomia municipal ao tratar de regime jurídico e condições para provimento de cargos municipais. A Entidade participou de uma audiência pública com o senador Pedro Tacques sobre segurança pública, a fim de apresentar os aspectos inconstitucionais do projeto, bem como o alerta de que

incluir o Município como responsável sem a respectiva fonte de custeio prejudicaria os cofres municipais. Após a aprovação da Lei 13.022/2014, em 8 de agosto, a Federação Nacional de Entidades de Oficiais Estaduais (Feneme) ajuizou a ADI 5.156, e a Confederação apoiou a ação por meio de Amicus Curiae. O relator da ação é o ministro Gilmar Mendes, que optou por adotar o rito abreviado das ADIs.

## Royalties

A Lei 12.734/2012, defendida pela CNM, define uma distribuição mais justa dos *royalties* do petróleo. Além de continuar garantindo o direito de Estados e Municípios produtores e confrontantes a uma fatia especial das receitas oriundas dos *royalties*, ela também aumenta, de modo significativo, a parcela destinada a todos os Estados e Municípios, obedecendo aos mesmos critérios do FPE e do FPM.

O presidente Paulo Ziulkoski, juntamente com outros representantes do Movimento Municipalista, reuniu-se com o presidente da Câmara para a apresentação de moção assinada pelos prefeitos, pela rápida deliberação da ministra

Cármem Lúcia em favor do novo critério. Em dezembro de 2014, Ziulkoski foi recebido pelo ministro Ricardo Lewandowski, juntamente com outros representantes municipalistas, e pediu que o Supremo retomasse o julgamento da liminar que impede a distribuição igualitária dos *royalties*. Segundo o ministro, a tramitação agora está nas mãos da ministra Cármem Lúcia.



Os Municípios e os Estados brasileiros deixaram de receber mais de R\$ 6,3 bilhões em razão da liminar que suspendeu a distribuição mais justa dos *royalties* do petróleo, segundo cálculo baseado no período de abril a dezembro de 2013.

A CNM também atuou em diferentes tramitações para assegurar os interesses dos Municípios diante das seguintes proposições:

Descrição	Situação atual	Resultado/conquista*
<p><b>MPV 656/2014 (PLV 18/2014)</b> Composta de diferentes assuntos: 1) ITR (Judicialização do Imposto Territorial Rural sob responsabilidade dos Municípios); 2) Suasa (tirava a competência dos Municípios de realizarem o serviço de inspeção de produtos de origem animal); 3) cobrança de IPVA de tratores.</p>	Transformada na Lei Ordinária 13.097/2015.	Aprovação no Congresso Nacional da MP com: 1) exclusão do texto do ITR da MPV; 2) exclusão do texto da SUASA da MPV; 3) mantida a cobrança do IPVA dos tratores.
<p><b>PL 7.898/2014</b> Prorrogação do prazo para o cumprimento da lei que cria a Política de Mobilidade Urbana.</p>	Aguardando Designação de relator na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU). Depois será encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).	Aguardando tramitação.
<p><b>PLC 99/2013 (PL 238/2013) (Veto parcial 32/2014)</b> Renegociação da Dívida dos Estados e Municípios.</p>	Transformada em norma jurídica com veto parcial. Norma jurídica gerada: LCP-148 de 2014.	Conquista de novos critérios para renegociação da dívida dos Estados e dos Municípios.
<p><b>(PLS 98/2002 – PLP 416/2008) e PLS 104/2014 (PLP 397/2014)</b> Criação de Municípios.</p>	Vetado.	Veto total.
<p><b>PLC 150/2009 (PL 3.338/2008) (Veto 31/2014)</b> Jornada de Trabalho dos Psicólogos.</p>	Vetado.	Evitou-se o impacto de R\$ 335,2 milhões aos Municípios.
<p><b>PEC 31/2011</b> Compensação e reposição das perdas por desonerações do IPI.</p>	Arquivada nos termos do art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	Leitura requerimento de tramitação autônoma da PEC 31/2011 (aguarda aprovação).

\*Posição em dezembro de 2014.

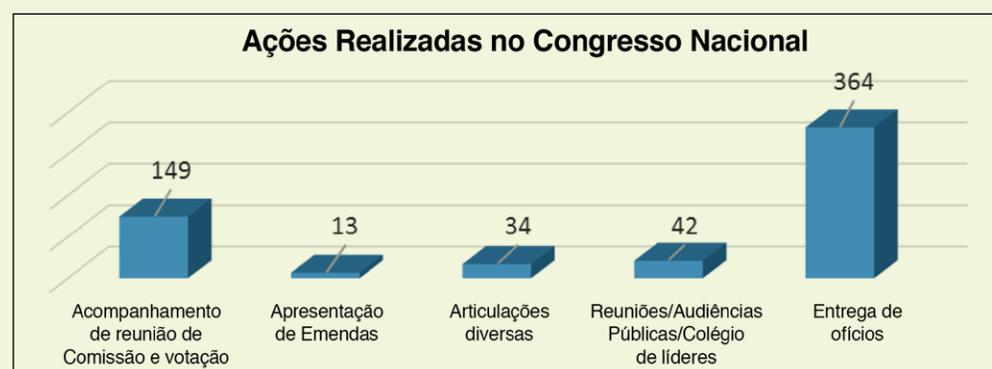
Descrição	Situação atual	Resultado/conquista*
<b>PEC 36/2009</b> PEC Ação Direta de Inconstitucionalidade (CNM)	Arquivada ao final da legislatura.	Aprovação do parecer na CCJ do Senado (aguarda inclusão na ordem do Dia do Plenário).
<b>PLS 559/2013</b> Licitações – Revoga a Lei 8.666/1993.	Comissão de Assuntos Econômicos.	Aguardando tramitação.
<b>PEC 53/2007</b> Estende direitos trabalhistas exclusivos dos servidores públicos concursados aos ocupantes de cargos comissionados, onerando os Municípios.	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento 809/2015, pelo deputado João Campos (PSDB-GO), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia da PEC nº 53 de 2007, que "Dá nova redação ao § 3º do Art. 39 da Constituição Federal. Garante ao servidor de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração, direito a aviso prévio, seguro desemprego, FGTS, entre outros."	Aprovação do parecer na Comissão Especial e aguarda apreciação no plenário da Câmara.
<b>PL 7.029/2013</b> Complementação da União ao Fundeb e expansão e financiamento da creche pública.	Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.	Apresentação da emenda da CNM ao substitutivo da Comissão de Educação pelo Dep. Esperidião Amin.
<b>PLS 340/2011</b> Ressarcimento da Saúde Suplementar acidentados de trânsito.	Matéria rejeitada e arquivada.	Matéria rejeitada e arquivada.
<b>PLS 270/2006</b> Piso Salarial ACS e ACE.	Transformado na Lei 12.994/2014.	A União tem responsabilidade de repassar 95% do valor do piso.
<b>PL 4.924/2009 (Piso) e PL 2.295/2000 (Jornada de trabalho)</b> Expõe sobre o aumento do piso e jornada de trabalho dos Enfermeiros	O PL 4.924/2009 aguarda desarquivamento e o PL 2.295/2000 aguarda tramitação no plenário.	Se aprovada a mudança de carga horária e o ajuste do piso, o impacto aos Municípios será de R\$ 26,44 bilhões.

# Articulação no Congresso Nacional

Um total de 1.825 proposições foram acompanhadas pela Articulação Parlamentar da CNM, com o apoio dos técnicos das áreas da Entidade, o que gerou diversas ações como apresentação de emendas, participação em audiências e debates, articulações diversas e entregas de ofícios. Dentre essas, 336 foram consideradas

de alta relevância, ou seja, que teriam um grande impacto nos Municípios e, por isso, necessitavam de um acompanhamento mais profundo e contínuo.

Além disso, 149 reuniões de Comissão e votações foram acompanhadas, e a CNM esteve presente em 42 reuniões e audiências públicas ao longo do ano.



## MOBILIZAÇÕES PERMANENTES

A CNM também convocou os Municípios a Brasília para participar das Mobilizações Permanentes. Reunindo representantes de diversos Municípios, foi possível mostrar a força do movimento no Congresso e reivindicar pautas de grande importância para o movimento. Nas seis (6) convocações durante todo o ano de 2014, foram discutidos temas como: o aumento de 1% do FPM, a Emenda

dos Lixões e o Reajuste do Piso Salarial dos Professores. Na avaliação de Paulo Ziulkoski, a presença dos prefeitos nas mobilizações é essencial para pressionar as votações no Congresso. Um exemplo foi a aprovação unânime da PEC 426/2014 para o 1% do FPM, no dia 2 de setembro, em que mais de 130 prefeitos se mobilizaram e contribuíram para o alcance dessa vitória. Segundo o presidente da CNM, a Marcha é apenas o início das lutas e, para que mais vitórias sejam alcançadas, é preciso contar também com a presença dos prefeitos nas mobilizações.



# Conquista junto ao STJ

A CNM apresentou junto ao STJ o Agravo em Recurso Especial 426.268 a fim de demonstrar a legitimidade da contribuição dos Municípios para a Entidade de representação nacional. Foi argumentado que o valor da contribuição era irrisório frente ao retorno que a CNM proporciona por meio das conquistas que alcança em nome do Movimento Municipalista. Com o apelo da Entidade, julgou-se, por unanimidade, que a contribuição dos Municípios para a CNM é legal e não constitui ato de improbidade administrativa. Entendeu-se, ainda, que a contribuição módica para o custeio da CNM serve à causa municipalista e, por conseguinte, ao Município que a faz.

Baseando-se nessa decisão, outras Entidades municipalistas também poderão garantir a representatividade aos Municípios sem que seus prefeitos sejam penalizados pelas contribuições já realizadas.



# Amicus Curiae



A CNM acompanha constantemente processos que possam impactar os Municípios, principalmente financeiramente, por meio da apresentação do *Amicus Curiae* (“Amigo da Corte”) junto aos poderes Executivos, Legislativos e Judiciário. Nessa intervenção, a Entidade apresenta informações sobre os impactos aos Municípios, a fim de subsidiar as decisões sobre os temas. Dos 30 processos acompanhados em 2014, o processo sobre as desonerações que impactam no FPM se caracteriza como de alta relevância. Segundo os argumentos apresentados pela Entidade, a perda decorrente na receita do FPM somou R\$ 10,2 bilhões de reais, causando mais dificuldades aos cofres públicos municipais já fragilizados. Outros dois temas de destaque foram a mudança de tributação sobre o ISS das indústrias gráficas, que traria um impacto de mais de R\$ 2 bilhões aos cofres municipais, e a apresentação de informações com o intuito de evitar questões de insegurança na cobrança da dívida ativa, como, por exemplo, a prescrição do crédito público. A Confederação continua acompanhando questões como essas e espera continuar contribuindo com as lutas pela autonomia municipal dentro do pacto federativo.

# Aproximação com Tribunais de Contas

Foram desenvolvidas ações com vistas à aproximação institucional com os Tribunais de Contas do Brasil, por meio de suas Entidades mais representativas: Associação dos Membros de Tribunais de Contas (Atricon) e Instituto Rui Barbosa (IRB). Mediante esforço compartilhado, podem ser encaminhadas matérias e formuladas ações que qualifiquem a gestão municipal, em prol das comunidades destinatárias das políticas públicas de responsabilidade dos Municípios. Diversos temas devem ser analisados e desenvolvidos em conjunto, tais como: a implementação da Nova Contabilidade; Transparência, Governança e Governo Aberto; Legalidade, legitimidade e interesse público no que se refere a contribuições de Municípios para Entidades associativas; Uniformização de entendimentos e jurisprudência entre os diversos TCs do país, buscando segurança jurídica nos atos de gestão dos administradores municipais; e, à luz dos dispositivos da LRF, a melhor forma de contabilização de recursos repassados pela União e Estados para pagamento de pessoal que executam programas de cunho social nas áreas de educação e saúde. Nesse sentido, foram promovidas audiências entre o presidente, os diretores e técnicos da CNM, com o vice-presidente do IRB, o conselheiro Cezar Miola, no TCE/RS, Porto Alegre, e com o presidente da Atricon, conselheiro Valdecir Paschoal, TCE/PE, na cidade do Recife.



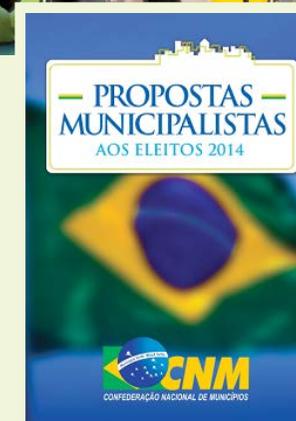
# Boa Governança

Em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), a CNM participou do *Seminário Pacto pela Boa Governança: Um Retrato do Brasil*. O seminário aconteceu em novembro de 2014, no Museu Nacional e foi o palco para a apresentação do estudo sobre governança realizado pelo TCU para os governadores eleitos para a gestão de 2015 a 2019 e para a assinatura da *Carta de Brasília pela Boa Governança*. O presidente Paulo Ziulkoski, representando os Municípios, foi convidado a discutir a Previdência Social, um dos itens prioritários para se fazer um bom governo e participou do debate em formato de *talk show*, apresentando a realidade municipal.

Foi realizada uma apresentação do Urbem para os Tribunais de Contas Estaduais, por meio da intervenção do TCU. O encontro foi importante para discutir a necessidade de padronizações mínimas dos tribunais em relação aos prestadores de contas dos Municípios.

O TCU elaborou, ainda, uma pesquisa que visa a coletar informações sobre a governança na esfera municipal. A CNM atuou em conjunto a fim de participar da adaptação da pesquisa, considerando a realidade enfrentada pelos Municípios.

“Os Municípios devem hoje R\$ 62 bilhões. Estamos na oitava Medida Provisória que reparcela os débitos. Nós também temos um dinheiro grande para receber, mas a União não paga. Ao contrário, retém do FPM aquilo que eles dizem que devemos”, apresentou Ziulkoski no seminário.



Durante o evento, a CNM entregou às autoridades uma seleção das Propostas Municipalistas – aos eleitos 2014.

# Articulação com o governo federal



Além da forte articulação no Congresso Nacional, a Entidade também atuou junto ao governo federal para articular em defesa dos interesses do movimento municipalista. Foram enviados ofícios que tratavam sobre: a liberação dos recursos dos *royalties* de Itaipu; demanda para que os recursos destinados às atividades de distribuição de água, contratação e fiscalização de pipeiros fossem repassados diretamente aos Municípios e não mais ao Exército brasileiro; além do

encaminhamento da Moção assinada por autoridades presentes na *XVII Marcha* para inclusão de representantes locais na distribuição de terras indígenas, considerando também os interesses de agricultores locais. Os programas governamentais também foram assuntos tratados durante o ano, conforme apresentado no quadro a seguir.

Tema	Resumo	Resultado
<p><b>Ofício 3.215/2014</b> Atraso dos repasses financeiros do Fundo Nacional da Saúde (FNS) referentes aos programas dos Blocos de Atenção Básica e da Média e Alta Complexidade.</p>	<p>Obtenção de informações e justificativas sobre o atraso do repasse dos recursos desde junho de 2014. Esse atraso acarretou em despesas adicionais aos cofres municipais, que já arcam com altas contrapartidas e assumem diversos outros gastos no custeio de programas federais.</p>	<p>Não houve resposta por parte do Ministério da Saúde.</p>
<p><b>Ofício 272/2014</b> Demandas dos Municípios referentes ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops).</p>	<p>Pedido de ampliação do prazo do preenchimento do Siops diante das dificuldades apresentadas pelos Municípios ao realizarem a tarefa e a demonstração de preocupação em relação à possibilidade de eles ficarem sem os repasses de recursos.</p>	<p>A CNM não obteve resposta, por isso, agora esforça-se para orientar os Municípios atrasados a atender aos requisitos do Siops até 10 de março, data em que começarão a ser penalizados se não regularizarem sua situação.</p>
<p><b>Ofício 1.885/2014</b> Posicionamento da CNM em relação à terceira etapa do programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)</p>	<p>Apresentação de propostas com a intenção de assegurar os interesses do Ente municipal para o enfrentamento do déficit habitacional em consonância com as demandas e possibilidades concretas relativas ao financiamento, contratações e condicionalidades do programa mais coeso com a realidade dos Municípios.</p>	<p>Como resultado parcial, pode-se citar a revisão da Portaria 595/2013 referente à seleção da 3ª etapa do Programa.</p>
<p><b>Ofício 3.057/2014</b> Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)</p>	<p>CNM pleiteou o urgente complemento ao Repasse dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) ainda na vigência do ano de 2014.</p>	<p>Mesmo com o apelo da CNM, os repasses referentes à segunda parcela do PDDE não foram realizados em 2014.</p>
<p><b>Ofício 3078/2014</b> Repasso da Complementação do Fundeb.</p>	<p>CNM faz apelo para o repasse da complementação do Fundeb do mês de dezembro fosse repassado ainda no ano de 2014. O ofício também foi enviado ao Fundo Nacional do desenvolvimento da Educação (FNDE) e na Secretaria do Tesouro Nacional (STN).</p>	<p>O repasse não respeitou a vigência do ano de 2014; no entanto, foi realizado no dia 6 de janeiro de 2015.</p>
<p><b>Ofício 2.558/2014</b> Liberação dos recursos do Fundo de Auxílio aos Estados e Municípios Exportadores (FEX).</p>	<p>O recurso, normalmente entregue no final de cada ano, tem como objetivo promover o esforço exportador. Depende de Medida Provisória ou publicação de Lei para a liberação do repasse em determinado montante e data. No ofício encaminhado pela Confederação, foi solicitado a urgente aprovação da MP e a liberação do recurso.</p>	<p>Pleito não atendido. Repasse relativo ao exercício de 2014 não foi creditado aos Municípios.</p>

# Programas Governamentais

## Defasagem de recursos

Na tentativa de melhorar os indicadores sociais, bem como a qualidade de vida dos brasileiros, o governo federal implanta mais de 390 programas federais. No entanto, de acordo com estudos realizados pela CNM, esses programas, principalmente das áreas de assistência social, educação e saúde, apresentam uma defasagem do valor recebido em relação ao valor que deveria ser repassado de acordo com o ajuste do IPCA.

Na maioria das vezes, os repasses do governo federal para a execução dos programas são menores do que o custo efetivo que realmente acarreta aos cofres municipais. Um dos motivos é que o governo não consegue mensurar o custo efetivo da manutenção plena dos programas, assim os Municípios acabam por assumir despesas que não são de sua competência. Outro grave problema é o aumento de contratação de pessoal, além do limite definido na LRF.

**As despesas de execução com os programas governamentais chegam a ser de até 200% maiores que o repasse recebido.**

### Defasagem de programas governamentais

Programa	Defasagem
Paif – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família	27,9%
Paefi – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e aos Indivíduos	26,1%
Equipe Volante do Cras	18,9%
Índice de Gestão Descentralizada (PBF)	27,9%
Pnate – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar	56,5%
Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar	32,5%
Programa Saúde Financeira	58%
PACS	3%
Saúde Bucal	66%
Centro de Especialidades Odontológicas	15,2%
Vigilância Sanitária	53,4%
Programa Assistência Farmacêutica Básica	32,5%
Piso da Atenção Básica Fixo	7%

Não faltaram oportunidades para a participação dos Municípios em eventos promovidos pela CNM com o apoio do Sebrae. Foram realizados 18 Diálogos Municipalistas, reunindo cerca de 1.500 participantes, com o objetivo de discutir as principais pautas políticas e soluções para os problemas enfrentados pelos gestores, fortalecendo o compromisso de cada um com o movimento municipalista. Dos temas tratados, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, o Piso dos Professores e dos Agentes Comunitários e os *Royalties* do Petróleo foram os que mais geraram discussão entre os prefeitos. O atraso nos repasses de recursos pelo governo federal também gerou grande inquietação dos gestores, marcando o evento pela cobrança da maior atuação das Entidades estaduais junto aos governos dos Estados.



***“Quem faz as leis são os deputados e os senadores. Então, se a gente não cobrar deles, eles vão continuar fazendo leis e colocando os Municípios para cobrirem e vivendo essa situação para fechar o ano e o mandato. Isso não é fácil. Nós precisamos ir para cima dos parlamentares, precisamos dialogar, pressionar e fazer com que eles nos ouçam”, declarou Marinho da Caerd (presidente da Arom)***

**Mais de 1.500 gestores foram capacitados em 18 edições do Diálogo Municipalista.**



Locais dos Diálogos Municipalistas



# Parceria com Entidades Microrregionais e Estaduais

A CNM busca sempre se aproximar das Entidades Microrregionais e Estaduais com o intuito de realizar ações conjuntas e alinhar discursos que possam fortalecer ainda mais o Movimento Municipalista frente a outros órgãos.

Além de acompanhar as eleições das Entidades, a CNM esteve presente em 12 congressos realizados pelas Entidades Estaduais,

buscando agregar conhecimento e se aproximar dos Municípios.

As Ações Municipalistas também são exemplo do sucesso dessa parceria. São eventos que visam ao desenvolvimento técnico dos servidores locais e, por meio de treinamentos presenciais, vídeos e apresentações, contribuem com o conhecimento para que os gestores e servidores possam inovar cada vez mais na gestão municipal.

**Foram realizadas 12 edições do evento em 2014.**



# Vereadores no Movimento Municipalista

O IX Fórum de Vereadores, realizado durante a XVII Marcha, foi voltado inteiramente para os vereadores e teve como objetivo a discussão de temas como a municipalização do trânsito, a reforma eleitoral e os demais projetos de interesse dos Municípios. Tuta Rebelato, coordenador do grupo de vereadores da CNM, destacou o reconhecimento dos vereadores na Marcha e relatou: “A cada ano, com a oportunidade que a CNM oferece para os vereadores, vem somando vereadores

nas pautas municipalistas. E nós estamos buscando soluções para os problemas que ficaram lá no Município. Na minha visão é o movimento mais importante do Brasil”. Outra novidade foi a criação da Carteira Nacional de Identificação, que, antes voltada aos prefeitos, agora também se destina a vice-prefeitos e vereadores com o intuito de facilitar a identificação dos gestores locais no exercício de suas funções constitucionais e legais na representação do Município.

***Mais de 200 carteiras nacionais foram elaboradas para os vereadores neste primeiro ano da ação.***



# Visibilidade do Movimento

A CNM adota diversas estratégias de comunicação: produção de notícias para o *site* da CNM, postagens nas redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e boletins informativos. Só no ano de 2014, mais de 3 mil notícias foram produzidas, o que resultou em mais de 1 milhão de acessos ao Portal CNM. Como destaque, tivemos a alavancagem da TV e da Rádio CNM. Foram lançados aproximadamente 200 vídeos na *TV CNM* e a Rádio contou com 2 mil *spots*.

Diante de tanta produção no que se refere à publicação de notícias e passagem de informações, a CNM conquistou grande credibilidade frente à mídia nacional, sendo referência na transmissão de dados sobre as realidades municipais, o que resultou em mais de 6 mil citações em diferentes mídias e a ocupação de um espaço, de forma gratuita, que corresponde aproximadamente ao valor de R\$ 5,3 milhões.

## Números:

- **11 boletins**
- **Facebook: + de 11.000 seguidores**
- **Instagram: + de 1.500 likes**
- **Twitter: +2.900 seguidores**
- **SMS enviados: + de 1 milhão**

**De acordo com a pesquisa realizada pela CNM, 83,3% dos Municípios consideram a comunicação da CNM efetiva e elegeram as Redes Sociais como o meio mais efetivo, e o Portal CNM como o meio mais utilizado.**

**Valor** ECONÔMICO

Home | Brasil | **Política** | Finanças | Empresas | Agronegócios | Internacional | Opinião

Executivo | Congresso | Estados e Municípios | Partidos | Judiciário

15/05/2014 às 19h53

## Prefeitos pedem a Dilma reajuste de 2% no FPM

Por Andrea Jubé | Valor Compartilhar: [f](#) [t](#) [in](#) [g+](#)

**BRASÍLIA** - A presidente Dilma Rousseff recebeu, nesta quinta-feira, 15, no Palácio do Planalto, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, acompanhado de mais cinco representantes da instituição. Ausente na 17ª Marcha Nacional dos Prefeitos, realizada ontem em Brasília, Dilma ouviu de Ziulkoski a reivindicação para que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) seja reajustado em 2%. A demanda também consta de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) em tramitação na Câmara e pode ser votada até junho.

Valor Econômico (15/5/2014)

**MENU** | **G1** | **POLÍTICA**

15/05/2014 20h13 - Atualizado em 15/05/2014 20h22

## Prefeitos se reunirão com Mantega para discutir elevação do FPM

Encontro foi marcado após reunião com a presidente Dilma Rousseff. Municípios querem apoio do Executivo para aprovar PEC no Congresso.

Juliana Braga  
Do G1, em Brasília



A presidente Dilma Rousseff e os ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil) e Guido Mantega (fazenda) recebem prefeitos no Palácio do Planalto (Foto: Roberto Stuckert Filho/PR)

Portal G1

# MELHORIAS NO SITE

O Portal CNM, ao longo dos anos, passou por diversas modificações e, em 2014, algumas das novidades foram:

Carteirinhas de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores – espaço para preenchimento do formulário de solicitação da Carteira Nacional de Identificação, tornando esse processo mais fácil aos gestores e rápido;

**Eventos** – espaço em que são colocados os principais eventos do Movimento Municipalista;

**Biblioteca** – a Biblioteca na CNM foi reformulada, tornando o espaço mais atrativo aos leitores e facilitando o acesso às publicações. Agora, o leitor também pode avaliar as publicações que leu e ajudar a eleger as melhores publicações;

**Acessibilidade** – o Portal conta agora com uma inovação que permite que deficientes auditivos e visuais possam ter acesso a todas as informações do site;

**Congresso Nacional** – seção específica para notícias e destaques da pauta semanal discutidos na Câmara e no Senado, apresentando o posicionamento da CNM em relação a eles;

**Transparência** – seção em que são elencados documentos importantes em prestação de contas da Entidade para com os Municípios.

2003





# Hangout – Inovando a Comunicação



Em uma iniciativa inovadora, o presidente Paulo Ziulkoski lançou, em abril de 2014, a Conversa Municipalista. Nessa conversa, o líder do Movimento Municipalista, por meio de uma transmissão ao vivo pela internet, pôde interagir com os gestores municipais de diversos Estados e falou sobre o cenário atual das

administrações municipais, explicou as ações do movimento municipalista, respondeu a perguntas dos internautas e ainda registrou a participação de presidentes de Entidades estaduais.

Na primeira edição da conversa Municipalista, os assuntos mais debatidos foram as ações de paralisação da campanha “Viva seu Município” nas capitais, marcada para o dia 11 de abril, e a *XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.



***“Reconhecemos que na imensidão de 5.568 Municípios alguns têm problemas de gestão, mas a grande dificuldade que a maioria tem enfrentado vem de uma questão estrutural do federalismo brasileiro”, declarou o presidente da CNM na Conversa Municipalista.***

# Campanha “Viva seu Município”

Diante do desafio de divulgar a crise municipalista para a sociedade, a campanha “Viva seu Município” surge como a principal iniciativa da CNM. Entre os meses de fevereiro a maio de 2014, foram realizadas ações que contaram com o engajamento de mais de 1.800 prefeituras de 24 Estados diferentes. A abertura da campanha foi realizada no dia 23 de fevereiro, Dia do Municipalismo, e contou com uma mobilização em Brasília no dia 25 de março e paralisações simbólicas

nas prefeituras no dia 11 de abril, que foram registradas e publicadas no *website* da campanha.

O ápice dela aconteceu durante a *XVII Marcha a Brasília* em que mais de 5 mil participantes discutiram temas relevantes sobre a realidade dos Municípios.

## PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR REGIÃO



**A extensão da campanha também chegou às redes sociais: foi mencionada mais de 900 vezes, sendo que dessas 96% eram positivas, alcançando o total de 240.667 usuários.**

globo.com notícias esportes entretenimento videos ASSINE JÁ CENTRAL E-MAIL ENTRAR

**BAHIA**  BUSCAR

11/04/2014 09h57 - Atualizado em 11/04/2014 12h51

## 354 prefeituras baianas param em protesto contra crise financeira

Segundo UPB, serviços administrativos foram suspensos nesta sexta-feira. Municípios de Jequié, Caetité, Caculé e Ilhéus aderiram a movimento.

Do G1 BA Comente agora Tweetar 85 Recomendar 86

Cerca de 350 municípios paralisaram as atividades nesta sexta-feira (11), informou a União dos Municípios da Bahia (UPB). De acordo com a entidade, a ação faz parte da campanha "Viva o seu Município: você nasceu aqui não o deixe morrer", que tem como objetivo alertar o Governo Federal para crise financeira enfrentada pelas cidades baianas.

"Não é justo que nós, que somos a parte mais fraca, sofremos tantos cortes em razão da política financeira do Governo Federal. A gente quer ser reconhecido, valorizado, e que os recursos do governo sejam repassados de forma mais igualitária e integral. Queremos que, quando o governo criar um programa, que o município não tenha que fazer complementações com seus recursos. É uma despesa muito grande para nós", explicou ao G1 o prefeito do município de Ruy Barbosa e vice-presidente da UPB, José Bonifácio Dourado.

A UPB afirma que o movimento tem adesão de 80%, ou 354 dos 417 municípios do estado. Entre as cidades que aderiram à paralisação estão **Jequié, Caetité, Caculé e Ilhéus**. Por conta da ação, serviços administrativos dentro das prefeituras foram suspensos. No entanto, atividades como emissões de documentos e atendimento ao Bolsa Família continuam sendo realizadas normalmente, segundo informou a UPB.

**Bahia**  
veja tudo sobre >

 **Por forte odor em rio, equipe para as buscas por vítima de...**  
HÁ 17 MINUTOS

 **Caminhão tomba em Salvador e pessoas saqueiam carga de...**  
HÁ 33 MINUTOS

 **Imagens ajudam a identificar autores de morte de...**  
HÁ 1 HORA

 **Suspeito de matar paciente ao invadir hospital é solto e...**  
HÁ 3 HORAS

Brasil +

**Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina**

**ADJORIBR**

SEMIANO NACIONAL # O PACTO FEDERATIVO EM DEBATE 09 de maio Florianópolis/SC Das 14 às 19 horas Centro de Eventos da FIESC [Clique aqui e inscreva-se](#)

Home Sites Agenda Artigos Economia Educação Eleições Especiais Esportes Geral Nosso meio Política RCN Saúde Segurança

## "Não queremos uma migalha", diz presidente da Fecam em mobilização

11/4/2014 12:35:00

A Agência Adjori acompanhou a campanha "Viva o seu Município" que reuniu prefeitos de todo o Estado, na Alesc

O presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), e prefeito de Taió, Hugo Lembeck, afirmou na manhã desta sexta-feira (11), durante a mobilização estadual da campanha "Viva o seu Município", que as reivindicações em busca de mais recursos para os municípios não são somente de Santa Catarina, mas de todo o País.

"A preocupação é nacional. Os municípios estão falindo, pois a cada dia aumenta a responsabilidade quando se inicia um novo programa, como um CRAS, um Creas, mas não há contrapartida para fazermos frente a estas despesas que aparecem", esclarece Lembeck.

O objetivo das manifestações é de chamar a atenção e sensibilizar o Governo Federal, os deputados e senadores para que as novas leis e ações estejam de



 **2º Prêmio Fecomércio de Jornalismo**

**ADJORIBR**  
JORNAL DO INTERIOR

**Links úteis**

- Alesc
- BRDE
- Câmara Federal
- Caixa Econômica
- Governo de SC
- Senado Federal

**Tweets** Follow

 **ADJORIBR** @ADJORIBR 18m

**tudorondonia.com**  
Jornal Eletrônico

Capa Eleições 2012 Política Polícia Geral Rondônia Jurídico Fale conosco Todas as Notícias RSS

buscar:  GO SITE OK

**/politica / crise**

Versão para impressão  Enviar por email  Receber newsletter  Comente a notícia 

11/04/2014 - 16h19min - Atualizado em 11/04/2014 - 16h19min

## Prefeitos de Rondônia fecham as prefeituras e protestam na capital

Conforme atesta a Arom, o conjunto dos municípios de Rondônia perdeu a quantia de R\$ 2,4 bilhões no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Compartilhe     

[comente esta notícia](#)

Prefeitos e vices, vereadores, secretários e assessores municipais estiveram na capital de Rondônia, para a mobilização municipalista. Durante toda a manhã desta sexta-feira (11), esses administradores e personalidades envolvidas com a gestão municipal se aglomeraram em frente à sede administrativa da Associação Rondoniense de Municípios – Arom. Com exceção de Porto Velho e Guajará-Mirim, que não puderam decretar ponto facultativo devido ao estado de emergência causado pelas cheias, todas as cidades amanheceram com suas prefeituras de portas fechadas. A paralisação durou o dia inteiro em todo o Brasil.



**Jornal Tudo Rondônia**  
2 Curtir

16.000 pessoas curtiram Jornal Tudo Rondônia



Plug-in social do Facebook

**publicidade**

**IV ENCONTRO ESTADUAL DA CTB (RONDÔNIA)**  
PRA AVANÇAR A LUTA DOS TRABALHADORES

Data: 14 e 15 de junho  
Local: Sede social do Sintero  
Porto Velho-RO



Paralisação UPB



Evento realizado na capital Rondônia pela Arom



Ação em Comodoro/MT

# Atuação nas Áreas Técnicas

## AGRICULTURA E PECUÁRIA

Uma vez que menos de 32% dos Municípios têm implantado o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), a CNM estimulou em 2014 a organização legal e estrutural para a efetiva implantação do Serviço. Obteve a rejeição de Medidas Provisórias (MP 653/2014 e 656/2014) que retiravam dos Municípios a competência de realizar a inspeção dos produtos e elaborou minuta de emenda ao PL 1142/2003, que permite que os produtos por ele inspecionados possam também ser comercializados além das fronteiras locais, na mesma proporção do Suasa.

Para o Garantia-Safra, a CNM buscou apoio junto ao governo federal e aos parlamentares federais para que o programa seja ampliado para todo o Brasil.

De acordo com o Finbra, no ano de 2013, os Municípios aderidos ao Suasa investiram em defesa sanitária animal uma média de R\$ 124 mil.

## CONTABILIDADE PÚBLICA

Mais de 600 contadores foram orientados a respeito da implantação do PCASP nos eventos de capacitação promovidos pela CNM: o *III Seminário Nacional de Contabilidade Municipal*, o *V Fórum de Contadores* e o *II SBCASP – Seminário Brasileiro de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*.

A prestação de contas pelo Siconfi e a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) foram o foco das dúvidas dos gestores em 2014, resultando em orientações como a Nota Técnica 25/2014, que tratou da “Contabilização das transferências no encerramento do exercício de 2014”.



*III Seminário Nacional de Contabilidade Municipal (11/3/2014).*

## DEFESA CIVIL

Em 2014, a CNM ganhou mais uma área técnica: a de proteção e defesa civil, que produziu mais de 90 matérias acerca de monitoramento, prevenção e preparo de respostas adequadas a desastres, principalmente ocorrências relativas aos recursos hídricos (estiagem e enchentes), e também a Nota Técnica sobre o Cartão de Pagamento de Proteção e Defesa Civil (CPDC), cuja recomendação da CNM é a de que este seja desburocratizado pela União e ampliado para as demais ações e fases como a prevenção e a preparação a desastres. Foi realizado também o levantamento da execução orçamentária da União sobre os gastos despendidos em ações de gestão de riscos e respostas a desastres. Essas informações, compõem o Observatório dos Desastres, *hotsite* que começou a ser planejado em 2014 para trazer informações rápidas e de fácil acesso sobre desastres nos Municípios brasileiros.



*Os gastos da União em ações de gestão de riscos e respostas a desastres no Brasil em 2014 somaram R\$ 688.590.529,89.*

## FINANÇAS

Junto ao Congresso Nacional foi proposta emenda para alterar a Lei Complementar 116/2003 (ISS), resultando na inclusão do PLP 385/2014 e do PLS 168/2014, que garantem significativo aumento na arrecadação própria para os Municípios, aproximadamente na ordem de R\$ 12 bilhões. Para orientar sobre o tema, foi elaborada a Nota Técnica 002/2014.

A partir de parecer da CNM que apontava os riscos existentes para os Municípios, foi possível a retirada de texto da MP 656/2014 sobre a atribuição de cobrança judicial do ITR aos Municípios – responsabilidade que poderia trazer impactos negativos aos Municípios em questões estruturais, de pessoal, legal e até orçamentárias.

*Do valor total da arrecadação do ITR, 82% pertencem aos mais de 2 mil Municípios optantes.*

## SAÚDE

Os pisos salariais em tramitação no Congresso Nacional podem impactar direta e negativamente as finanças dos Municípios em torno de R\$ 80 bilhões/ano.

Com a atuação da CNM, o Piso Salarial Nacional dos ACS e ACE (Lei 12.994/2014) agora tem a responsabilidade da União de repassar 95% de seu valor, e as orientações para o pagamento constam da Nota Técnica nº 21/2014.

No ano de 2014, a CNM acompanhou diariamente a alimentação do Siops, levando orientações aos Municípios sobre a obrigação, os prazos e as sanções originadas pelo não preenchimento. E, a partir da interlocução junto ao governo federal, conseguiu-se a ampliação do prazo para inserção dos dados de 30 de janeiro para 30 de maio de 2014.

**Em 2014, o percentual de Municípios brasileiros que tiveram seus dados homologados no Siops/2013 atingiu 95,5%.**

## TRÂNSITO E MOBILIDADE URBANA

Em razão de o prazo de elaboração dos planos de mobilidade encerrar-se em abril de 2015 e de somente 7% Municípios terem concluído seu plano, a CNM evidou esforços na realização de pesquisa e de orientações sobre os desafios e possíveis soluções.

No Congresso Nacional, foi possível a aprovação da Emenda 66 da MP 656/2014 sobre o registro único de tratores e máquinas agrícolas, extinguindo a necessidade de licenciamento anual que oneraria os Municípios.

Em parceria com o grupo SMART da Universidade de Michigan, a CNM iniciou o projeto “MoviMente” a ser aplicado em Valparaíso de Goiás/GO de janeiro até maio 2015, com vistas a buscar soluções de integração dos diversos modos de transporte, acesso a serviços, tecnologias e infraestruturas, assim como a distribuição adequada dos sistemas de transportes.



Oficina do Projeto MoviMente

## EDUCAÇÃO

A CNM dedicou grande atenção ao Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei 13.005/2014 – durante sua tramitação no Congresso, já que dispositivos do Plano impactariam diretamente na gestão da educação municipal. Por sua atuação, foi possível a inclusão dos recursos públicos destinados à rede privada de ensino no cálculo do percentual do PIB destinado à educação e à complementação da União para o cumprimento do CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) e, posteriormente, do CAQ (Custo Aluno Qualidade).

Com objetivo de articular as ações e potencializar o apoio aos gestores municipais na elaboração dos planos municipais de educação, a CNM esteve em reunião com a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (Sase/MEC).



Audiência sobre PNE

## MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

A CNM, após diversas mobilizações e reuniões, obteve do governo federal a prorrogação do prazo dos Planos Municipais de Saneamento Básico para 31 de dezembro de 2015, por meio do Decreto 8.211/2014.

Diferentes ações da Entidade também foram realizadas a respeito da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) a fim de evidenciar a necessidade de alteração dos prazos para implantação de aterro sanitário e conclusão dos planos municipais de resíduos sólidos, o que foi atendido via Medida Provisória 658/2014. O texto com a prorrogação foi retirado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em 2015, sendo aprovada também no Senado, sem a solicitação municipal pela prorrogação dos prazos da PNRS. A CNM continua lutando para que a prorrogação seja inserida em outra Medida Provisória.

**Em 2014, mais de 60% dos Municípios brasileiros ainda possuem lixões como disposição final dos resíduos sólidos.**

## HABITAÇÃO

Sobre a exigência da revisão dos planos diretores em conformidade com a Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), a CNM alertou os Municípios e defendeu, junto ao governo federal, a disponibilização de recursos e de capacitação técnica.

Após articulação da CNM com o Ministério das Cidades, foram retomadas as obras habitacionais que estavam paralisadas há mais de três anos, asseguradas pelas Portarias 45/2014 e 181/2014.

*Segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), o déficit habitacional corresponde a 5,792 milhões de moradias, e os atuais programas não têm atendido às diversidades do déficit habitacional, contribuindo para a sua elevação.*

## CULTURA E TURISMO

Foi realizado o *Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial* nos dias 20 a 22 de novembro de 2014, na cidade de Olinda/PE, o qual proporcionou o alinhamento de ações propositivas para a preservação, a promoção e a difusão do potencial turístico das cidades históricas brasileiras e a elaboração de pauta de reivindicações ao governo federal com propostas que garantam a efetividade de políticas públicas de financiamento e fomento do desenvolvimento local e regional nas cidades históricas.



## ENCONTRO BRASILEIRO DAS CIDADES HISTÓRICAS TURÍSTICAS E PATRIMÔNIO MUNDIAL



<http://www.cidadeshistoricas.cnm.org.br>

## DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No ano de 2014, foram elaboradas cerca de 66 matérias técnicas que objetivaram esclarecer e orientar os processos de pactuação e regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) junto aos gestores e técnicos municipais. O acompanhamento do desenvolvimento da Política Nacional de Assistência Social nos Municípios fez com que as pautas municipalistas tivessem maior força junto às instâncias de pactuação.

*De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 99% dos Municípios já possuem o Sistema Único de Assistência Social ofertando diversos serviços socioassistenciais.*

## PREVIDÊNCIA

A atuação da CNM, em 2014, concentrou-se em torno da articulação para um efetivo encontro de contas entre União e Municípios – o que demandará grandes esforços no levantamento dos débitos existentes e também nos procedimentos para compensação com outros débitos tributários federais –, assim como orientou sobre os requerimentos dos Municípios junto ao MPS para a adequada aplicação da regra da proporcionalidade quanto às aposentadorias do RGPS.

Em paralelo, foram tratados temas que impactam fortemente nas finanças municipais, como o parcelamento da dívida previdenciária, as contribuições ao RGPS e a gestão dos regimes próprios de previdência.

*Em 2014, segundo o INSS, foram bloqueados R\$ 38 milhões relativos a 80% dos requerimentos analisados de compensação previdenciária de tempo de RGPS, em razão da não observância à regra de proporcionalidade pelos Municípios.*

## JURÍDICO



Em 2014, a área jurídica acompanhou diversos temas que podem impactar de forma negativa ou positiva nos Municípios. No Supremo Tribunal Federal (STF), a área acompanhou na qualidade de *amicus curiae* as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que tratam das Guardas Municipais, Precatórios e *Royalties*. No Congresso Nacional, acompanhou proposições que tratam sobre a obriga-



toriedade de instituir a carreira de procurador municipal, emancipações e legislação que instituiu o Marco Regulatório das Organizações Sociais. Na esfera institucional acompanhou os desdobramentos referentes ao prazo final para a Transferência dos Ativos de Iluminação Pública.

## ESTUDOS TÉCNICOS

Foram realizadas 24 pesquisas junto aos Municípios com o intuito de coletar dados sobre diversos temas.

As informações coletadas subsidiam estudos que embasam a atuação dos posicionamentos políticos divulgados pela CNM, bem como a atuação das Áreas Técnicas na produção de notícias e publicações. As pesquisas já finalizadas abordaram os seguintes temas:

Pesquisa	Objetivo
Lei de Subsídio	Saber a atual remuneração dos agentes políticos municipais, prefeitos, vice-prefeito, secretários e vereadores da atual legislatura (2013-2016) e da legislatura anterior (2009-2012).
13º salário 2014	Analisar o impacto do aumento de 1% do FPM e em quanto contribuirá para o pagamento do 13º salário aos funcionários públicos municipais.
Acesso à Informação e Transparência	Verificar cumprimento da Lei de Acesso à Informação e Transparência
Ampliação dos prazos da Lei de Resíduos Sólidos (PLV 15)	Verificar se os Municípios receberam os materiais da CNM sobre os resíduos sólidos.
Aterro Sanitário	Identificar quais Municípios entre 100 mil e 300 mil habitantes já possuem aterro sanitário.
Avaliação Programa Mais Médicos	Avaliar o Programa Mais Médicos nos Municípios.
Contabilidade Municipal 2013	Avaliar a adequação da nova contabilidade pelos Municípios brasileiros.
Diagnóstico do transporte coletivo urbano	Levantar informações sobre o transporte coletivo dos principais Municípios brasileiros, obtendo um quadro real das condições sociais, políticas e econômicas.
Greve do Magistério	Realizar um levantamento do número e da duração das greves de professores municipais realizadas em 2013 e 2014 e de suas consequências para a gestão da educação municipal.
Municípios sem Banco	Levantar as dificuldades que o Município enfrenta por não ter agência nem postos bancários.
Piso Nacional do Magistério	Identificar se os Municípios brasileiros estão conseguindo pagar o piso nacional do magistério e cumprir as obrigações da Lei do Piso.
Procuradores Municipais	Saber a situação atual dos Municípios brasileiros em relação aos procuradores municipais.
Programa Minha Casa, Minha Vida	Verificar se o Município encaminhou a manifestação de interesse e mapear as principais dificuldades que os gestores tiveram para elaborar a manifestação de interesse.
Resíduos Sólidos	Levantar informações sobre o cumprimento da Lei Federal 12.305 – Lei da Política Nacional dos Resíduos Sólidos.
Siconfi	Analisar o conhecimento atual dos contabilistas e auxiliar os Municípios em suas gestões administrativas e contábeis.
Siops – Token	Avaliar a situação do Siops e utilização do Token (certificado digital) nos Municípios.
Situação Financeira dos Municípios – 2014	Obter informações relativas à situação financeira dos Municípios.

# Representação em Comitês e Comissões

A CNM participa de Comitês, Comissões e Grupos de Trabalho com o objetivo de discutir pautas relevantes aos interesses municipalistas nas mais diversas áreas. Em 2014, alguns dos principais pontos que surtiram mais impacto na administração municipal foram:

## FINANÇAS

### Comitê Gestor do ITR – CGITR

- Portal ITR.
- Treinamento de servidores para acesso ao Portal.
- Apresentação de Estudo sobre VTN.
- Alteração da Lei 11.250/2005 pela MP 656/2014.

### Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN

- Aprovação da Lei Complementar 147/2014.
- Prorrogação da obrigatoriedade de uso do Sistema Eletrônico Único de Fiscalização (Sefisc).
- Disponibilização de dados e novas ferramentas que permitem o acompanhamento da movimentação das empresas por parte dos Municípios.

## AGRICULTURA E PECUÁRIA

### Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Con-draf

- Consolidação das metas do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável.

### Câmaras Setoriais e Comitês Temáticos do Ministério da Agricultura

- Defesa dos interesses dos Municípios nos espaços de discussões do setor produtivo com o poder público.

### Comitê Brasileiro do Ano Internacional da Agricultura Familiar

- Comemoração do ano internacional da agricultura familiar divulgando ações desenvolvidas pelos Municípios para valorização dos pequenos produtores familiares.

### Comitê Técnico Consultivo do SISBI/POA

- Desenvolvimento do Serviço de Inspeção Municipal e adesão Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.

## CULTURA

### Conselho Nacional De Política Cultural – CNPC

- Sistema de Indicadores de Percepção Cultural do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- Revisão do Plano Nacional de Cultura realizada pelo Grupo de Trabalho MinC/PNC;
- Apresentação da SCDC sobre a regulamentação da Política Nacional de Cultura Viva – Lei 13.018 de 22/7/2014.
- Regulamentação da Política Nacional de Cultura Viva – Lei 13.018, de 22/7/2014 – Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural.

## MEIO AMBIENTE

### Conselho Nacional De Meio Ambiente – Conama

- Licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia eólica em superfície terrestre.
- Registro de produtos destinados à remediação.
- Avaliação e Monitoramento das Unidades de Conservação.
- Diretrizes e procedimentos para elaboração e autorização do plano de manejo de fauna em aeródromos.
- Procedimentos de licenciamento ambiental referentes ao recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.
- Controle da utilização de produtos ou processos para recuperação de ambientes hídricos.

## CONTABILIDADE PÚBLICA

### Grupo técnico de sistematização de informações contábeis e fiscais – GTSIS

- Balanço do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).
- Novidades do Siconfi em 2015.
- Introdução do padrão XBRL para aperfeiçoar o fluxo da informação contábil dos governos federal, estadual e municipal.
- Taxonomia do Siconfi.

### Grupos Técnicos de Informatização de Relatórios (Gtrel)

- Apresentação dos informes gerais, alterações no relatório de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (pertence ao RREO).
- Arts. 15 e 16 da LRF (estas discussões indiretamente trataram da base legal para o aumento dos Agentes Comunitários de Saúde, este aumento está amparado no art. 17 da LRF).

### Grupos Técnicos de Informatização de Contabilidade (GTCON)

- Aspectos de contabilização dos rendimentos negativos do RPPS.
- Proposta de contabilização das Parcerias Público – Privadas.
- Proposta de contabilização patrimonial dos consórcios públicos.
- Ajustes do PCASP 2015.
- Contabilização de retenções.
- Cessão de bens.

# OBSERVATÓRIO DO CRACK

A CNM realizou um estudo sobre o programa federal “Crack, é possível vencer”. Estruturado em três eixos: prevenção, cuidado e autoridade, e criado em 2011, tem o objetivo de ajudar a minimizar os problemas enfrentados pelos Municípios brasileiros. O observatório teve repercussão nacional e mostrou que apenas 299 Municípios puderam aderir ao programa devido aos critérios do programa, e que, das 18 metas estipuladas pelo programa até 2014, apenas 3 haviam sido alcançadas. A CNM ainda alerta que o programa foi estruturado sem uma pesquisa prévia sobre o perfil do usuário de drogas no Brasil, o que limita sua atuação.

**Dos R\$ 4 bilhões anunciados para o Programa “Crack, é possível vencer”, apenas R\$ 1,9 bilhão foi, de fato, pago pelo governo federal para a execução do programa.**

O Observatório do Crack auxiliou na construção do evento realizado na Bahia para discutir Políticas Municipalistas sobre Drogas e foi convidado de honra do *I Simpósio Brasileiro sobre Dependência Química e Saúde Mental: Desafios e Perspectivas* (PR).

O *hotsite* do Observatório do Crack foi atualizado e hoje conta com novas páginas de informações sobre a realidade enfrentada pelos Municípios. A página atingiu mais de 7.600 acessos no ano de 2014.



# CNM Internacional

Em 2014, a atuação da CNM dentro do movimento municipalista internacional foi forte por meio da liderança do presidente Paulo Ziulkoski como vice-presidente da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e da Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações (Flacma). A Confederação defendeu os interesses municipalistas em fóruns internacionais políticos e técnicos, com destaque para a reunião do Comitê Assessor das Nações Unidas para Autoridades Locais (Unacla) e o Congresso Latino-Americano de Cidades e Governos Locais da Flacma. Também contribuiu para a construção de agendas internacionais a partir do ponto dos gestores brasileiros, atuando junto ao governo brasileiro e às redes internacionais. A Confederação fortaleceu ainda parcerias existentes com a União Europeia e a Universidade de Michigan.



# Convênio Sebrae

Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento Local, realizado pela CNM e Sebrae nos dias 19 e 20 de novembro de 2014, em Recife/PE.

Foto: Rodrigo Moreira/ Ag. Sebrae



A fim de apoiar os Municípios no processo de implantação da Lei Geral, a CNM – em parceria com o Sebrae – realizou os encontros regionais de Agentes de Desenvolvimento e visitas técnicas aos 40 Municípios que possuíam os melhores indicadores de implantação da Lei Geral para mapear boas práticas que serão compar-tilhadas com todos os Municípios. Para instrumentalizar os Municípios, foi atualizado o Guia de Implantação da Lei Geral com as alterações promovidas pela Lei Complementar 147/2014.

O Curso de Gestão Estratégica também foi realizado para capacitar os Agentes de Desenvolvimento a utilizar, de forma otimizada, as características de seus Municípios para geração de emprego e renda. O Curso Avançado de Agentes de Desenvolvimento foi transformado em plataforma *online*, para atingir um maior número de agentes por meio de capacitação a distância. Já o *III Encontro Nacional de Agentes de Desenvolvimento* reuniu em Pernambuco cerca de mil (1.000) agentes de desenvolvimento como forma de estimular a troca de experiência, atualizá-los em relação às novas tendências de desenvolvimento econômico e incentivar seu trabalho.

O Sebrae, juntamente com a CNM, também promove *chats* constantes no Portal do Desenvolvimento Local sobre temas da gestão municipal. Em 2014, os *chats* abordaram os temas: Comunicação para o desenvolvimento local, Uso do poder de compras governamentais em favor dos pequenos negócios e Maratona de negócios públicos.

*O Portal do Desenvolvimento conta hoje com 29.358 seguidores no Facebook e em novembro de 2014 bateu o recorde de audiência com 42.829 visualizações da página.*

**Acesse em: [www.portaldodesenvolvimento.org.br](http://www.portaldodesenvolvimento.org.br)**

*Os encontros regionais de agentes de desenvolvimento reuniram cerca de 1.200 agentes de todas as regiões do país.*

# Observatório Político



O Observatório Político é mais um instrumento idealizado pela Confederação Nacional de Municípios para fornecer aos gestores informações sobre seus representantes no Congresso Nacional. Essa ferramenta permitirá o acompanhamento das atividades dos parlamentares em relação às principais ações e votações dos temas de interesse municipalista, além de aprimorar a comunicação com os parlamentares. Como resultado desse monitoramento, será elaborado

um *ranking* que, contabilizando os resultados, apresentará os parlamentares mais “Municipalistas”, ou seja, aqueles que, em seu trabalho no Congresso, agem em favor dos interesses municipalistas. Com essa iniciativa, a CNM espera que os gestores estejam mais bem instrumentalizados para cobrar as ações dos parlamentares que elegeram e articular politicamente.

# Projeto Municípios Seguros e Livres de Violência contra as Mulheres

O projeto Municípios Seguros e Livres de Violência contra as Mulheres é um dos bons exemplos da parceria entre a CNM e a Delegação da União Europeia no Brasil. Foram selecionados dois grupos de Municípios, dentre inúmeras propostas, para participarem como pilotos do projeto.

## Grupo 1: Rio Grande do Norte Santana do Matos (*proponente*)

Caicó  
Florânia  
Jucurutu  
Parelhas

## Grupo 2: Pernambuco Serra Talhada (*proponente*)

Calumbi  
Carnaíba  
Salgueiro  
Tabira

No final do ano de 2014, foi realizada a Oficina de Pactuação Metodológica com a proposta de apresentar metodologia e diretrizes da ação, construção do cronograma de trabalho, detalhamento das atribuições e responsabilidades dos envolvidos e pactuação com os principais atores envolvidos no projeto que reuniu mais de 130 participantes. Duas publicações foram lançadas: o “Guia Metodológico” e o “Álbum do Projeto”.

Os Grupos Intermunicipais de Segurança das Mulheres (GTIs) foram formados na reunião e representam a interação entre governo local e sociedade civil na construção de políticas públicas. Cada um dos dez Municípios parceiros de execução do projeto possui um GTI, totalizando 100 pessoas que serão capacitadas para trabalhar no enfrentamento à violência contra as mulheres.



### Em 2015...

- Seminário Internacional de compartilhamento de práticas e conhecimentos.
- Oficina de Capacitação dos Grupos Intermunicipais de Segurança das Mulheres.
- Oficina de Mapeamento de Áreas de risco para Mulheres nos Espaços Urbanos e Proposição de Políticas de Segurança.
- Oficina de Capacitação para Criação dos Pactos Municipais pela Não Violência contra as Mulheres.

# Projeto Museu Municipalista

Muitas vezes os brasileiros são estrangeiros em seu próprio país porque não conhecem toda a sua diversidade. A criação do museu, portanto, está ligada à apresentação dos Municípios brasileiros e do sistema político do país para seus próprios cidadãos, funcionando como um instrumento de empoderamento por meio da apropriação de conhecimento. Contará a história do Movimento Municipalista desde suas primeiras lutas e a história da CNM.

Por meio de diferentes tecnologias, a apresentação do conteúdo dependerá da intervenção do próprio público. O pré-projeto do museu já foi entregue, e a equipe CNM segue com a distribuição dos espaços, a elaboração de pesquisa aprofundada para definição dos conteúdos de cada parte da exposição e a elaboração da estrutura jurídica do museu.



# Projeto Experiência Municipal

Com o intuito de levantar informações sobre os custos efetivos dos programas governamentais para os cofres municipais, o Projeto Experiência, em 2014, teve como principal desafio: ampliar o alcance do projeto a um maior número de Municípios. Com o formato inicial, havia a limitação de estender o projeto a apenas aqueles Municípios que recebiam a equipe da CNM. A proposta agora é a criação de um sistema de fácil acesso que permita que mais Municípios possam cadastrar suas informações. O sistema está sendo planejado e construído de modo que se adeque às necessidades dos gestores locais, enquanto a metodologia da pesquisa é constantemente aprimorada.



# Produção de Conhecimento

Para orientar de maneira mais eficaz os gestores municipais e suas equipes, a Confederação produz, ao longo do ano, diversas publicações e estudos que abordam os temas que estão em voga a fim de garantir maior embasamento para a tomada de decisão dos gestores. Em 2014, foram produzidos panoramas técnicos cujos números refletem a realidade municipal e, de diversas áreas, como: Saúde, Educação, Trânsito, Defesa Civil, Agricultura, Habitação e Cultura. Além disso,

foram levantados dados sobre o impacto do aumento do FPM; os royalties do petróleo; a situação financeira dos Municípios; a ampliação do prazo da Lei de Resíduos Sólidos; o Piso Nacional do Magistério; o diagnóstico do transporte coletivo urbano, entre outros temas. A partir desses insumos, a CNM se preocupa em difundir o conhecimento de diversas formas para os Municípios, entre elas, notícias, notas técnicas e outras produções. No último ano, foram publicadas:

**10 cartilhas**

8.448 downloads

**1 revista**

658 downloads

**9 livros**

18.769 downloads

**22 notas técnicas**

33.555 downloads

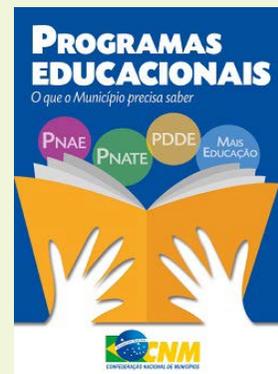
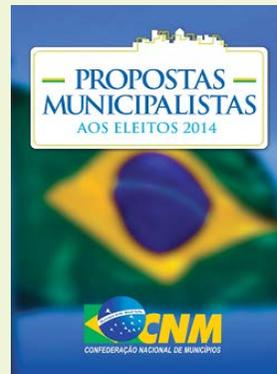
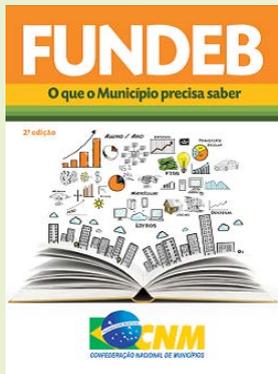
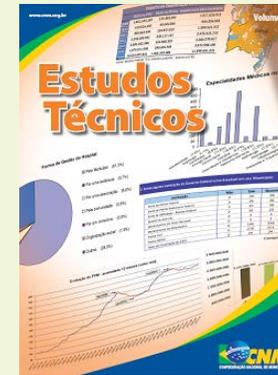
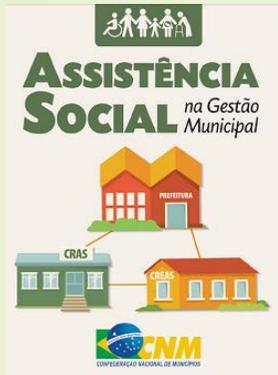
**13 boletins**

12.122 downloads

## Notas técnicas de 2014

NT nº 01/2014 – Informações sobre valores do Fundeb para o exercício de 2014  
NT nº 02/2014 – O ISSQN e seus procedimentos  
NT nº 03/2014 – Informações sobre a Lei do Piso Salarial do Magistério Público  
NT nº 04/2014 – Informações sobre a Lei de Responsabilidade Educacional (LRE)  
NT nº 05/2014 – Orientações aos Municípios contemplados com as máquinas do PAC 2  
NT nº 06/2014 – Tratamento Contábil de Bens Recebidos em Doação do PAC 2  
NT nº 07/2014 – Exame Preventivo do Câncer de Mama – Mamografia Bilateral  
NT nº 08/2014 – Banco Morada: Retomada ou conclusão das obras habitacionais em Municípios  
NT nº 09/2014 – Tratamento Contábil das Despesas do Programa Mais Médicos  
NT nº 10/2014 – Orientações Iniciais sobre Planos Municipais de Saneamento Básico  
NT nº 12/2014 – Fundo de Participação dos Municípios – FPM

NT nº 13/2014 – Importância do Garantia-Safra para todo o Brasil  
NT nº 16/2014 – Adesão ao Imposto Territorial Rural – ITR  
NT nº 17/2014 – Taxas e Preços Públicos  
NT nº 19/2014 – O que muda para os Municípios com a nova Lei do Simples Nacional?  
NT nº 20/2014 – Os Municípios e a análise da opção pelo Simples Nacional 2015  
NT nº 21/2014 – Piso Salarial de ACS e ACE  
NT nº 22/2014 – Uso e prestação de contas do Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC  
NT nº 24/2014 – Normatização dos Serviços Hospitalares de Urgência e Emergência e UPA's  
NT nº 25/2014 – Contabilização das transferências no encerramento do exercício de 2014  
NT nº 26/2014 – Recuperação de créditos junto ao INSS: incidência sobre verbas indenizatórias  
NT nº 27/2014 – Recuperação de créditos junto ao INSS: alíquotas do RAT e do FAP



# Modernização da Gestão

## URBEM

Acreditando no potencial do sistema, o Sebrae, por meio do convênio estabelecido junto à CNM, passou a financiar o desenvolvimento e o aprimoramento do Urbem. Com isso, pretende-se que ele possa ser ampliado com intuito de contemplar as diferentes regras dos Tribunais de Contas dos Estados brasileiros. O grande destaque foi a incorporação do Urbem ao Portal de *Software* Público Brasileiro (SPB), que facilita a adequação do *software* pelos Municípios, permitindo novos avanços na gestão municipal. Algumas empresas foram convidadas a participar de capacitações realizadas em Brasília e no Rio Grande do Sul para conhecerem e aprenderem mais sobre o sistema e, no futuro, poderem atender melhor aos Municípios que precisarem de ajuda em sua implementação.

Em 2014, foram contabilizados 15 Municípios-piloto ativos com o *software*, e a CNM espera que, em breve, mais Municípios possam contar com mais essa ferramenta de auxílio na gestão municipal.



## CIDADECOMPRAS

Desde 2003, os Municípios já podem contar com o CidadeCompras para facilitar o processo de licitações, deixá-lo mais rápido e eficiente, além de permitir o barateamento dos custos. O sistema permite a utilização do ambiente virtual para os processos licitatórios e traz importantes benefícios como: ampliação de participantes, maior competitividade, celeridade, transparências, redução nos preços praticados e segurança.

No fim de 2014, foram contabilizados 147 Municípios com o sistema ativo e foram realizados mais de 9.118 pregões, o que resultou em uma economia de mais de R\$ 322 milhões para os cofres municipais.



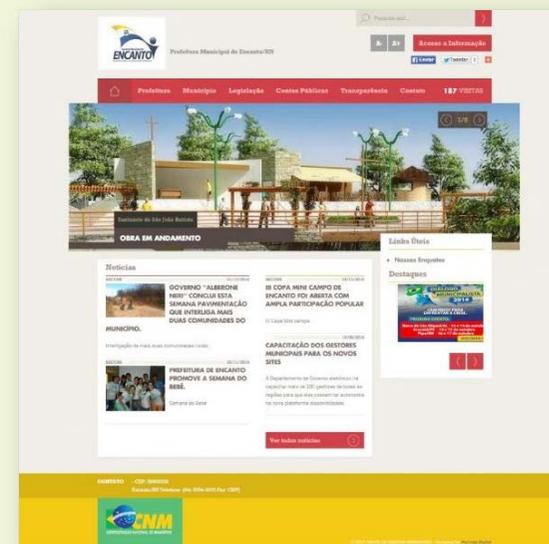
## SITE MUNICÍPIOS

No intuito de profissionalizar a gestão municipal e facilitar o acesso e a comunicação entre cidadãos e prefeituras, a CNM confecciona, juntamente com os técnicos municipais, a página do Município na internet, nela podem ser postadas notícias, agenda de eventos, informações importantes sobre a gestão, entre outros. No ano de 2014, foi lançado o novo *layout* do Site Município, o que deixou a página

dinâmica e mais atrativa aos usuários. O projeto de renovação do *site* envolveu a seleção de 32 Municípios-piloto, que tiveram seus *sites* implementados no novo *layout*; e a CNM trabalha, com sugestões desses gestores, para adaptar e adequar o *site* às diferentes necessidades apresentadas. A expectativa é que, após a fase de teste e adequação, todos os 219 Municípios usuários do *site* tenham suas páginas alteradas para o novo modelo.



Layout Antigo



Novo Layout



## HOTSITES

Durante o ano foram lançados hotspots que marcaram diferentes acontecimentos do Movimento Municipalista. A CNM espera, com essa estratégia, trazer informações atualizadas para os gestores locais e também para a população. É importante lembrar que o site Memórias CNM guarda todos os hotspots já produzidos pela Entidade, possibilitando que informações de eventos antigos possam ser resgatadas.

- Campanha “Viva seu Município”
- XVII Marcha a Brasília
- XVII Marcha – Terminal de Consultas
- Nova Sede
- Mobilização Permanente pelos *Royalties*
- Diálogos Municipalistas 2014
- Encontro Brasileiro das Cidades Históricas e Turísticas e Patrimônio Mundial
- Mulheres Seguras





## NOVOS SISTEMAS

Dentre os novos sistemas adquiridos durante o ano, os que já trazem resultados são:

**Silegis** – é o Sistema de Acompanhamento das Pautas Legislativas discutidas no Congresso. Por meio dele, é possível registrar todos os resultados e ações referentes às pautas, isso facilita a intervenção da CNM junto a pautas de interesse municipalista.

**Questor** – Sistema de Gestão que garante a integração entre as áreas contábil, financeira, de recursos humanos e operacional. Entre outros resultados, este sis-

tema possibilitou que o procedimento interno de fechamento da folha de ponto dos funcionários fosse realizado em apenas 2 dias, o que antes só era possível com 15 dias.

**Sistema de Credenciamento da XVII Marcha** – o sistema, desenvolvido pela própria equipe CNM, permitiu que o credenciamento dos participantes da XVII Marcha fosse realizado com mais rapidez e precisão, além de possibilitar que possíveis ações de manutenção fossem realizadas no momento do credenciamento, uma vez que o sistema era da própria Entidade.

# Gestão Interna

## **NOVO PLANO DE CONTAS**

A CNM se preocupa sempre em melhorar não só as tecnologias oferecidas diretamente aos Municípios, mas também trazer inovações ferramentais e metodológicas para aprimorar o trabalho da gestão interna da Entidade. Uma das inovações do ano de 2014 foi a adoção do novo plano de contas, que permite que as despesas da Confederação sejam identificadas de acordo com cada setor demandante dentro da Entidade. Isso caracteriza mais uma fonte de informação para análise financeira geral, além de proporcionar maior transparência dos gastos aos Municípios contribuintes. Também serve de insumo na construção do orçamento da organização, o que possibilita que a Confederação tenha um melhor planejamento financeiro em relação às atividades idealizadas para o ano.

## **GESTÃO DE DOCUMENTOS**

Durante seus quase 35 anos, a CNM acumulou inúmeros documentos e informações de diferentes tipos e relevâncias que hoje se encontram nos arquivos da Entidade. Para garantir que estes não se percam e a gestão do conhecimento não seja prejudicada, outro novo investimento do ano foi a aquisição de sistemas e uma equipe capacitada para organizar e implantar uma nova Gestão dos Documentos da CNM. Respeitando as normas e as regras de arquivamento de documentos, eles estão sendo revisados, reciclados e armazenados de forma adequada; e a equipe já se prepara e planeja a transferência desses arquivos para a Nova Sede, garantindo que todos sejam transferidos em segurança.

## **CONTROLE INTERNO**

A CNM, preocupada com a transparência e regularidade de seus processos internos, instaurou a nova Comissão de Controle Interno de acordo com a Resolução 5/2014. Os componentes da comissão têm a responsabilidade de analisar os processos da CNM, identificando eventuais pontos de irregularidade, e orientar a Entidade a solucioná-los. Para isso, foi adquirido um sistema de controle interno que, baseando-se na metodologia de mapeamento de processos, permite que a análise dos processos seja feita de forma planejada e sistemática. No fim de 2014, o sistema foi apresentado e passou por uma fase de testes. O desafio agora é adequar o sistema à realidade da CNM, uma vez que ele é voltado às prefeituras, e realizar o acompanhamento de processos “pilotos”. Para garantir a efetiva implementação do sistema, já foram planejados treinamentos para os membros da Comissão.

## **PRÁTICAS INTERNAS**

A fim de garantir maior transparência e regulamentação aos processos internos da Entidade, o Caderno de Estrutura foi lançado para esclarecer a forma de organização da CNM, apresentando a estrutura formalizada no organograma, as principais funções dos setores, bem como a hierarquia entre eles. Já o Manual de Boas-Vindas surge com o objetivo de facilitar a ambientalização do novo colaborador da CNM. Com rotinas do dia a dia e informações sobre a cultura da Entidade, o colaborador já saber como proceder em diversas situações. Uma outra prática institucionalizada foi a Reunião Semestral de Resultados, que se consolidou como um momento de integração entre os colaboradores e prestação de contas de todos os setores sobre os principais resultados alcançados no período.

# Nova Sede



O aniversário de 35 anos da CNM será marcado pela tão esperada entrega da nova casa dos Municípios brasileiros em Brasília. A construção da Nova Sede foi iniciada no ano de 2010 e já é possível ver a obra tomando forma. Nos anos anteriores, aspectos ligados à burocracia e planejamento do projeto foram arranjados, já, neste último ano, o avanço da execução da obra foi grande, tornando possível reconhecer traços do prédio desenhado no projeto. As fundações já foram instaladas; as estruturas já foram colocadas; é possível reconhecer a praça cívica, o salão nobre e o restaurante; as entradas da garagem e do subsolo já foram finalizadas e a obra segue com a colocação das estruturas metálicas.



# Relatório Financeiro

RESULTADOS 2014

66

0789 Confederação Nacional de Municípios  
CNPJ: 00.703.157/0001-83

02/04/2015 10:47 Pág:0001

## BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em Reais (R\$)

### ATIVO

	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013
CIRCULANTE	84.510.133,47	84.728.710,81
DISPONIVEL	83.545.130,46	83.951.084,28
BENS NUMERARIOS	94.946,79	94.946,79
BANCOS CTA. CORRENTE	84.937,36	80.910,04
BANCOS CTA. APLICAÇÃO	83.365.246,31	83.775.227,45
CRÉDITOS A RECEBER	959.000,32	777.626,53
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	164.000,00	183.652,31
BLOQUEIO JUDICIAL	519.341,31	515.020,19
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	73.938,94	52.525,18
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	13.363,16	26.428,85
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	188.356,91	0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR	188.356,91	0,00
DESPESAS EXERCICIO SEGUINTE	6.002,69	0,00
DESPESAS ANTECIPADAS	6.002,69	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	29.553.506,53	10.773.653,11
PERMANENTE	29.553.506,53	10.773.653,11
PERMANENTE	109.705,01	0,00
OUTROS DEBITOS	109.705,01	0,00
DEPOSITOS JUDICIAIS	109.705,01	0,00
IMOBILIZADO	27.987.811,94	9.321.772,53
IMOBILIZADO	2.389.457,42	2.343.875,22
(-) DEPREC/AMORTIZ/ACUM	(789,39)	0,00
INVESTIMENTO OBRA NOVA SEDE	25.598.143,91	6.977.897,31
INTANGIVEIS	1.455.989,58	1.451.880,58
INTANGIVEIS	1.455.989,58	1.451.880,58

0789 Confederação Nacional de Municípios  
CNPJ: 00.703.157/0001-83

02/04/2015 10:47 Pág:0002

## BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em Reais (R\$)

TOTAL DO ATIVO 114.063.640,00 95.502.363,92

Paulo Roberto Ziulkoski  
Presidente  
CPF: 150.980.100-63

Proeconomia Consultoria Contábil e Empresarial S/S  
CRC: 1-RS-049406/O-0 - Resp. Tec.: Marice Fronchetti  
CPF: 355.680.890-00





**Sede**

SCRS 505, Bl. C – Lt. 01 – 3º Andar  
CEP: 70350-530 – Brasília/DF  
Tel/Fax: (61) 2101-6000

**Escritório Regional**

Rua Marçílio Dias, 574  
Bairro Menino Deus  
CEP: 90130-000 – Porto Alegre/RS  
Tel/Fax: (51) 3232-3330

[www.cnm.org.br](http://www.cnm.org.br)

 /PortalCNM

 @portalcnm

 /TVPortalCNM

 /PortalCNM